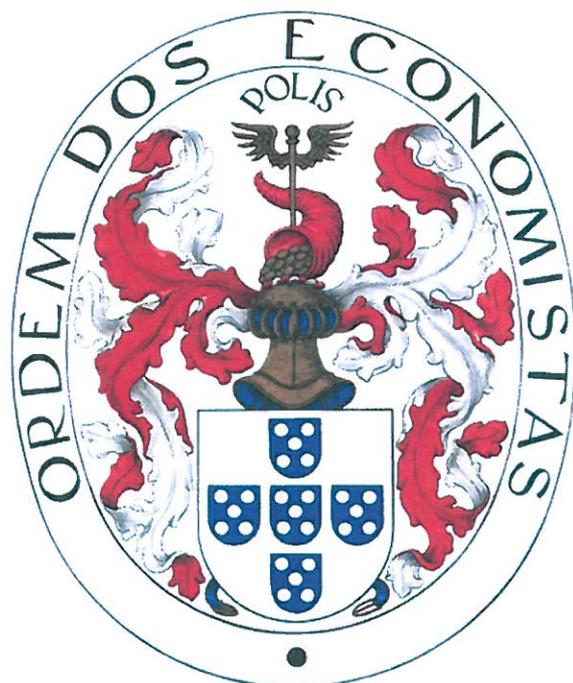


ORDEM DOS ECONOMISTAS



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2012

LISBOA, MARÇO DE 2013

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large signature, the word "R", and other illegible marks.

Índice

I – Enquadramento Macroeconómico.....	5
II – Actividades Desenvolvidas.....	8
III – Caracterização da Ordem.....	15
IV – Análise da Situação Económica e Financeira.....	17
V – Resultado do Exercício.....	19
Demonstrações Financeiras.....	20
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	24

Mensagem do Bastonário

Com o presente Relatório e Contas cumpre-se o segundo ano da actual Direcção à frente dos destinos da Ordem dos Economistas.

O ano de 2012 foi mais um ano de trabalho, esforço e dedicação numa conjuntura económica difícil mas que, não obstante, nos trouxe resultados positivos, quer pelo êxito das iniciativas levadas a cabo, quer pelos resultados que agora apresentamos.

As várias actividades desenvolvidas constam do Relatório agora apresentado e só gostaria de realçar a presença crescente de Membros nos vários eventos, bem como de não associados que várias vezes se dirigem à Ordem solicitando assistir a essas iniciativas, pelo interesse que elas revestem.

Importante é para nós realçar, entre as várias iniciativas, o lançamento do Fundo de Pensões, destinado aos Membros, seus cônjuges e descendentes.

Igualmente, numa conjuntura como a actual é de realçar o relançamento da Bolsa de Emprego, agora com acordos estabelecidos com várias empresas de recrutamento.

Foram, também, constituídas as Comissões Instaladoras dos novos Colégios da Especialidade (Auditoria e Análise Financeira) tão solicitados por um importante número de Membros.

A regionalização da Ordem levou um novo impulso, já no final do ano, com a criação da Comissão Instaladora da Delegação Regional do Algarve.

Em termos internacionais, continuamos a tentar desenvolver relações com os vários Países de Língua Portuguesa e aprofundámos uma relação de trabalho com o Colégio dos Economistas de Espanha, indo realizar-se em 17 de Junho, em Madrid, o primeiro Encontro de Economistas Ibéricos, de que daremos notícia no segundo trimestre de 2013.

Publicámos um Código Deontológico e encetámos a revisão dos Estatutos da Ordem.

Muitas outras iniciativas se vão desenvolver em 2013, mas o que gostaria de salientar é a capacidade que a Ordem tem tido de, com custos muito reduzidos e com o mesmo número de pessoal que já vem de há muito, realizar um tão grande número de iniciativas que tem justificado a adesão crescente dos Membros, como atrás refiro.

Com o mesmo espírito de contenção e rigor que desde o início do mandato a Direcção tem aplicado na gestão da Ordem, é assim possível apresentar um resultado do exercício muito favorável, sem obtenção de receitas extraordinárias/patrocínios, mas baseado apenas no controlo dos custos e das cobranças.

Estamos no início de 2013, ano importante para a Ordem pela previsível aprovação pela Assembleia da República dos novos Estatutos, pela realização do 5º Congresso Nacional dos Economistas e pelo acto eleitoral a desenrolar no final do ano, e o que gostaria de garantir neste momento é o empenhamento dos Membros dos Órgãos

Sociais, bem como do pessoal ao serviço da Ordem, no sentido de mantermos um trabalho digno e cada vez mais actual ao serviço permanente dos Membros da Ordem.

Não posso terminar esta mensagem sem lembrar, com saudade e pesar, a partida de António Simões Lopes, primeiro Bastonário da Ordem, Professor de muitas gerações e referência ética e profissional, quer como Economista quer como Homem.

 HA

Rui Leão Martinho

I – Enquadramento Macroeconómico

A economia mundial registou um abrandamento da actividade em 2012, confirmando que o processo de recuperação da crise económica e financeira se está a efectuar gradualmente e de modo muito distinto nos vários blocos económicos. A economia mundial apresentou um crescimento (dados preliminares da OCDE) de apenas 2,8%, inferior ao estimado no início do ano pelo FMI, que era de 3,3%. Este fraco crescimento estendeu-se à generalidade das regiões, com destaque para as economias avançadas, devido ao enfraquecimento da economia europeia. As economias emergentes também abrandaram, apesar dos países asiáticos terem mantido um nível de crescimento robusto. No conjunto do ano de 2012, o PIB na zona da OCDE aumentou 1,3%, após um crescimento de 1,9% em 2011. A economia dos Estados Unidos cresceu 2,2% em 2012, mais 0,4% que o registado em 2011, ao passo que na China o crescimento em 2012 se cifrou em 7,8%, ou seja, o mais baixo desde 1999, mantendo a tendência de abrandamento verificada nos últimos dois anos (9,2 % em 2011 e 10,4 % em 2010). De realçar que, desde o início do século XXI, a economia chinesa cresceu sempre acima dos 8 % ao ano.

A economia da zona euro foi fortemente condicionada por períodos de grande incerteza e instabilidade financeira, mantendo-se durante o ano o risco do não cumprimento das metas estabelecidas nos programas de ajustamento acordados com os países sob resgate financeiro. Com efeito, ao longo do ano as repercussões da crise tiveram uma influência negativa sobre a actividade e a confiança dos agentes económicos, com uma deterioração significativa nos países do sul da área do euro e a intensificação e alastramento da crise da dívida soberana a um conjunto alargado de economias, nomeadamente Espanha e Itália, contribuindo para o abrandamento na recuperação económica a nível mundial.

Contudo, no final de 2012 assistiu-se a uma diminuição da incerteza quanto aos riscos financeiros globais associados às dívidas soberanas, devido aos progressos alcançados, quer na actuação mais efectiva do Banco Central Europeu a partir do Verão, quer na construção da união bancária europeia, quer na reestruturação do sector bancário de Espanha e ainda no acordo alcançado relativamente à dívida da Grécia. No conjunto do

ano, o PIB na zona euro registou um crescimento negativo de -0,6%, o desemprego atingiu níveis nunca observados nas últimas duas décadas e a situação social deteriorou-se.

Neste âmbito, os prémios de risco exigidos aos emitentes soberanos mais frágeis da zona Euro baixaram substancialmente e os índices bolsistas internacionais evoluíram favoravelmente, especialmente os da zona euro, invertendo a quebra registada nos anos de 2010 e 2011.

A economia portuguesa permaneceu como um dos elos mais frágeis na economia da zona euro, dado estar enquadrada e condicionada pelo cumprimento das metas acordadas no plano de financiamento estabelecido em 2011 com a União Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI, o qual consagra um relevante processo de consolidação orçamental e de desalavancagem do sector privado. A concretização deste plano é especialmente exigente, não só por decorrer num enquadramento económico e financeiro adverso, mas também pela persistência de um conjunto de sérias fragilidades estruturais na economia portuguesa.

Assim, o ano de 2012 termina com uma deterioração dos indicadores relativos ao crescimento, ao emprego, à receita fiscal e à dívida pública. O PIB português terá diminuído 3,2% em 2012, depois de em 2011 ter apresentado um decréscimo de 1,5%. O contributo negativo da procura interna (quebrou 6,8% face a 2011) deveu-se à forte contracção do consumo privado e do investimento empresarial. O investimento recuou 13,7%.

O défice das contas públicas situou-se em 6,6% do PIB e a dívida pública alcançou cerca de 122,5% do Produto Interno Bruto.

Um dos aspectos favoráveis na trajectória macroeconómica nacional radicou na redução muito substancial do défice comercial, resultando do esforço de procura de novos mercados por parte das empresas portuguesas exportadoras de bens transaccionáveis e ainda a continuada redução dos custos unitários do trabalho relativos. Neste contexto, as exportações cresceram 3,3%, as importações diminuíram 6,9% e as necessidades de financiamento externo da economia portuguesa baixaram significativamente.

Em 2012 prosseguiu a dinâmica de deterioração das condições do mercado de trabalho em Portugal, tendo a taxa média de desemprego no final do ano sido de 15,7%, ao passo que a taxa de desemprego jovem se aproximou dos 40%.

O quadro macroeconómico registado em Portugal evidencia a necessidade de tentar compatibilizar o prosseguimento dos processos de consolidação orçamental e de

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature, the initials 'HA', and a blue signature.

desalavancagem global da economia com a implementação de medidas orientadas para a promoção do crescimento económico, de modo a superar o mais rápida e sustentadamente possível o actual quadro recessivo.




II – Actividades Desenvolvidas

No âmbito das linhas programáticas da Direcção para o mandato 2011/2013, assim como do Plano de Actividades para 2012, a Ordem levou a efeito, neste segundo ano do seu mandato, um conjunto de iniciativas e de realizações, das quais destacamos:

1. Reforço da prestação de serviços aos Associados e incremento dos benefícios e parcerias

1.1 Foi criado o Fundo de Pensões da Ordem dos Economistas para os seus membros, cônjuges e descendentes, iniciativa que, na actual situação social, entendemos ser de grande interesse. Contudo, devido ao seu recente lançamento, as adesões ainda não são significativas.

1.2 Procedeu-se à actualização do “Guia dos Protocolos” (disponível no portal da Ordem), o qual passou a abranger um maior número de acordos (443) e uma maior diversidade dos bens e serviços disponibilizados aos membros.

2. Bolsa de Emprego, Primeiro Emprego e Estágios

Com vista ao relançamento da Bolsa de Emprego, foram estabelecidos acordos com as empresas Hays e Michael Page para a disponibilização através do portal da Ordem de anúncios de oferta de emprego.

3. Aproximação às Universidades e fortalecimento do relacionamento com as Associações Estudantis

No decurso de 2012 foi mantido o estreito relacionamento com a AIESEC - Associação Internacional dos Estudantes de Economia, de cujo Conselho Consultivo é membro o nosso Bastonário.

4. Aprofundamento e cooperação com outras Instituições e Entidades nacionais e internacionais

4.1 Em 2012 foi consolidado o projecto designado por “Portugal: Missão Crescimento”, uma parceria entre a Ordem dos Economistas, a Ordem dos Engenheiros, o Fórum de Administradores de Empresas, o Projecto Farol e a CIP, que foi iniciado em 2011.

Este projecto tem como objectivo promover a reflexão sobre as condições de base para o crescimento económico do país na presente década, e apresentar propostas de medidas objectivas. Trata-se, assim, de um estudo em permanente actualização e aberto ao

debate da sociedade civil, tendo a primeira apresentação pública ocorrido em Março. Durante 2013 será institucionalizado um “Think tank” relativo à Missão Crescimento.

4.2 Foi desenvolvido o contacto com o Colégio dos Economistas de Espanha, com vista à promoção do debate e realização de iniciativas conjuntas relacionadas com a situação económica e social em Espanha e em Portugal, as quais se irão continuar a desenrolar ao longo de 2013.

4.3 A Ordem manteve a participação regular nas reuniões do CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais.

5. Prémio “Excelência Jornalismo Económico”

Com o objectivo de incentivar a literacia económica, componente fundamental de uma cidadania esclarecida, e considerando o importante papel do jornalismo económico, a Ordem atribuiu pela segunda vez o “Prémio Jornalismo Económico”.

Este prémio, patrocinado pelo Banco Espírito Santo, pretende distinguir os jornalistas que se dediquem predominantemente à análise especializada das questões da economia, das finanças e das empresas, e cujo contributo para o jornalismo económico no ano precedente se tenha destacado.

O Júri, presidido pelo Bastonário e composto pelos Colegas Jacinto Nunes, Miguel Beleza, Fernando Teixeira dos Santos e João Salgueiro, atribuiu em 2012 o prémio ao jornalista Pedro Santos Guerreiro, Director do Jornal de Negócios.

6. Elaboração e aprovação do Manual de Ética e de Conduta

Foi concluído o trabalho de definição dos princípios de Ética e de Conduta o qual veio a ser consubstanciado no Código Deontológico, que sob proposta da Direcção, e depois de ouvido o Conselho de Disciplina Profissional, foi aprovado em 21 de Maio pelo Conselho Geral.

7. Novos Colégios da Especialidade

Na sequência da constituição em 2011 das Comissões Instaladoras dos Colégios da Especialidade de Auditoria e de Análise Financeira, foram aprovados em 2012 os respectivos regulamentos e concretizada a sua criação.

Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page. There are several distinct marks, including a large signature at the top, a blue 'R' below it, and other scribbles and initials further down.

8. Prossecução do processo de Regionalização da Ordem

Foi mantido e reforçado o apoio às iniciativas das Delegações Regionais, nomeadamente através da participação do Bastonário em actividades locais (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Funchal).

Foi criada, no final do ano, a Comissão Instaladora da Delegação Regional do Algarve.

9. Modernização dos Serviços da Ordem

Proseguiu-se o trabalho de racionalização e modernização dos Serviços da Ordem, no sentido de se atingir uma maior eficiência quer dos Serviços prestados aos Membros, quer em termos da redução dos custos.

10. Publicações

Foi estabelecido um acordo com a Polimeios, empresa editora dos Cadernos de Economia e de O Economista-Anuário da Economia Portuguesa, que permitiu que estas publicações fossem disponibilizadas online no portal da Ordem, e em exclusivo para os seus membros, a um preço simbólico.

11. Participação em debates televisivos e programas de divulgação económica

11.1 Foi intensificada a colaboração regular da Ordem com o canal de televisão Etv, através da participação semanal do Bastonário em diversos programas, bem como de membros da Ordem e de outros convidados pela Ordem. A Etv cobriu, também, ao longo do ano, vários eventos da Ordem.

11.2 No âmbito do Protocolo entre a Ordem dos Economistas e a RTP2, manteve-se a participação de Membros da Ordem no programa “Sociedade Civil”.

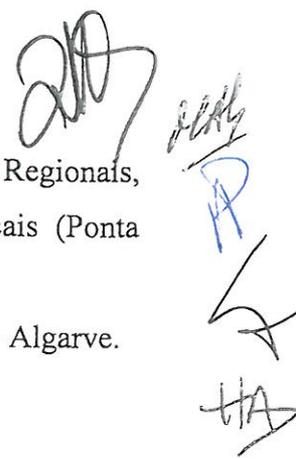
11.3 De registar, ainda, a participação ao longo do ano do Bastonário em diversos meios da comunicação social.

12. Eventos

8ª Conferência Anual da Ordem dos Economistas

A Ordem realizou, no dia 13 de Novembro, no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian, a sua 8ª Conferência Anual, que como habitualmente teve como tema central a análise do Orçamento do Estado - 2013.

Esta edição da Conferência Anual da Ordem dos Economistas contou com a participação, na cerimónia de abertura, do Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian



Dr. Artur Santos Silva, e do Governador do Banco de Portugal Dr. Carlos Costa, para além do Bastonário.

A cerimónia de abertura foi seguida da intervenção do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro Engenheiro Carlos Moedas, que incidiu sobre o Memorando de Entendimento (MOU).

Os painéis temáticos e respectivos oradores e moderadores foram:

- 1º Painel: “Orçamento do Estado para 2013”, com a participação de Luís Morais Sarmiento, Carlos Zorrinho, Manuel Caldeira Cabral e Miguel Varela, como oradores e de Adriano Pimpão como moderador;
- 2º Painel: “As PPP – Análise crítica”, com a participação dos oradores João Cantiga Esteves, José Gonzaga Rosa e Mariana Abrantes de Sousa, e a moderação de Ricardo Valles;
- 3º Painel: “ As Privatizações”, com a participação dos oradores Álvaro Nascimento, António Gomes Mota e Teodora Cardoso e do moderador Raul Marques.

Semana Novos Economistas

Realizou-se em Maio a “Semana Novos Economistas”, evento dirigido a estudantes de economia e de gestão, e que a exemplo dos anos anteriores foi constituído por um ciclo de conferências sobre o tema “Competências para Carreiras de Sucesso”.

As conferências tiveram lugar nas Escolas de Economia e de Gestão ISG, ISCTE/INDEG, FCEE-UCP e FE-UNL, FEP.

Em Lisboa, este evento contou com a participação da AIESEC.

Fim de Tarde na Ordem

Proseguiu-se a realização da iniciativa Fim de Tarde na Ordem que, em 2012, contou com as seguintes participações:

- Augusto Mateus, “Crescimento económico e exportações: uma nova agenda para a economia”;
- Fátima Barros, “Desafios do Ensino Superior em Portugal”;
- Fernando Teixeira dos Santos, “Convergência e crescimento na UEM”;
- Daniel Bessa, “Crescer sim; o problema é como”;
- Luís Mira Amaral, “Emprego e TSU”;
- Paulo Macedo, “Saúde em Perspectiva”;
- Pedro Reis, “Retrato da internacionalização da economia portuguesa”.

Ciclo de Conferências sobre “Corporate Governance”

Foi concluído o Ciclo de Conferências sobre “Corporate Governance”, iniciado em 2011, em resultado da parceria entre a Ordem dos Economistas, o Instituto Português de Corporate Governance e a Associação Portuguesa dos Analistas Financeiros.

Nas duas conferências realizadas em 2012 participaram os oradores Leonardo Mathias, Rui Semedo, Diogo da Silveira, Carlos Tavares, Pedro Rebelo de Sousa e Magda Viçoso.

Ciclo de Conferências sobre Supervisão e Regulação do Sistema Financeiro

Em resultado de uma parceria entre a Ordem dos Economistas e o Banco de Portugal, realizou-se um Ciclo de Conferências sobre Supervisão e Regulação do Sistema Financeiro, que consistiu nas seguintes sessões:

- Financial Supervision and Basel III, com a intervenção de Stefan Ingves, Governador do Banco Central da Suécia;
- Basileia III, a Crise económica e a experiência da Islândia, com a participação do Banco Central da Islândia;
- Financial Systemic Risk, Basel III and SIFIs, com a participação do Governador do Banco Central da Holanda; e
- Desarrollo de la Economía de Colombia, com a intervenção do Governador do Banco Central da Colômbia

Ciclo de Conferências “Portugal 2020”

A Ordem dos Economistas e o Hay Group, em parceria, realizaram um Ciclo de Conferências sobre o tema “Portugal 2020”, que teve como objectivo contribuir para a reflexão estratégica sobre o desenvolvimento empresarial de Portugal no curto e longo prazo.

A primeira Conferência teve lugar na EGP/UPS (Porto) e contou com a participação de António Pires de Lima, Carlos Moreira da Silva e João Bento como oradores e de Luís Sitima como moderador.

A segunda Conferência realizou-se na Nova BSE (Lisboa) e contou com a participação de António Portela, Francisco Maria Balsemão, Rui Paiva e de Luís Sitima como moderador.

Ciclo de Conversas sobre Respostas Sociais

Numa parceria entre a Ordem e a Revista Economia e Segurança Social, e com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, realizou-se um ciclo de Conferências designado por “Conversas sobre Respostas Sociais”, que compreendeu as seguintes sessões e oradores:

- Os Desafios da Demografia (Lisboa), com Alberto de Castro, Manuel Vilaverde Cabral, Sibila Marques e Pedro Portugal e moderação de Carlos Magno;
- Longevidade e Poupança (Porto), com Alberto de Castro, Fernando Alexandre e Filomena Oliveira como oradores e Joaquim Azevedo como moderador.

Seminário do Observatório do Envelhecimento e da Natalidade

A Ordem dos Economistas em parceria com a PremiValor Consulting realizou um Seminário para apresentação formal dos objectivos e âmbito do Observatório do Envelhecimento e da Natalidade em Portugal, no qual participaram Manuel Carrageta, Maria João Quintela e Teresa Tomé.

Conferência de Verão – Estado Actual e Perspectivas de Reforma da Regulação Financeira na EU e em termos Internacionais

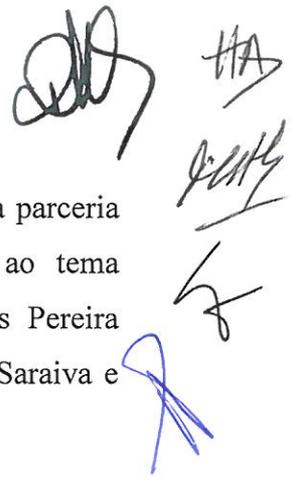
Por ocasião do lançamento do CIRSIF – Centro de Investigação sobre Regulação e Supervisão Financeira, criado pelo Instituto Europeu e pelo IDEFF da Faculdade de Direito de Lisboa, em parceria Científica com o Banco de Portugal, o Instituto de Seguros de Portugal e a Ordem dos Economistas, realizou-se a Conferência de Verão em título.

Conferência “Bolsa e as suas Operações”

Nesta Conferência, que contou com a participação de David Justino, Maria Eugénia Mata e José Rodrigues da Costa foi abordado o papel da Bolsa no financiamento das pequenas e médias empresas em Portugal.

Conferência Comemorativa dos 25 anos dos Cadernos de Economia

Numa sessão comemorativa dos 25 anos dos Cadernos da Economia, e numa parceria da Ordem com a Polimeios, realizou-se uma Conferência subordinada ao tema “Políticas de Emprego” que contou com a participação de Álvaro Santos Pereira (Ministro da Economia e do Emprego) e de José da Silva Peneda, António Saraiva e Manuel Carvalho da Silva.



Conferência Portugal e o FMI

A Ordem realizou uma Conferência subordinada ao tema “Portugal’s Economic Crisis: Diagnostics and Remedies”, a qual teve como orador principal Abebe Selassie, Chefe da Delegação do FMI, integrante da “Troika” para Portugal.

Contactos com outras Instituições

Foram desenvolvidos ao longo do ano diversos contactos com instituições (Sociedades de Advogados, Sociedades de Auditoria e Consultoria, Banco de Portugal e outros) tendo como objectivo a realização de actividades conjuntas.

13. Revisão dos Estatutos da Ordem

Pela importância que assume deve mencionar-se, como uma das tarefas desenvolvidas pela Direcção em 2012, a revisão dos Estatutos da Ordem, que de acordo com a Lei, foi entregue ao Governo em Fevereiro de 2013.

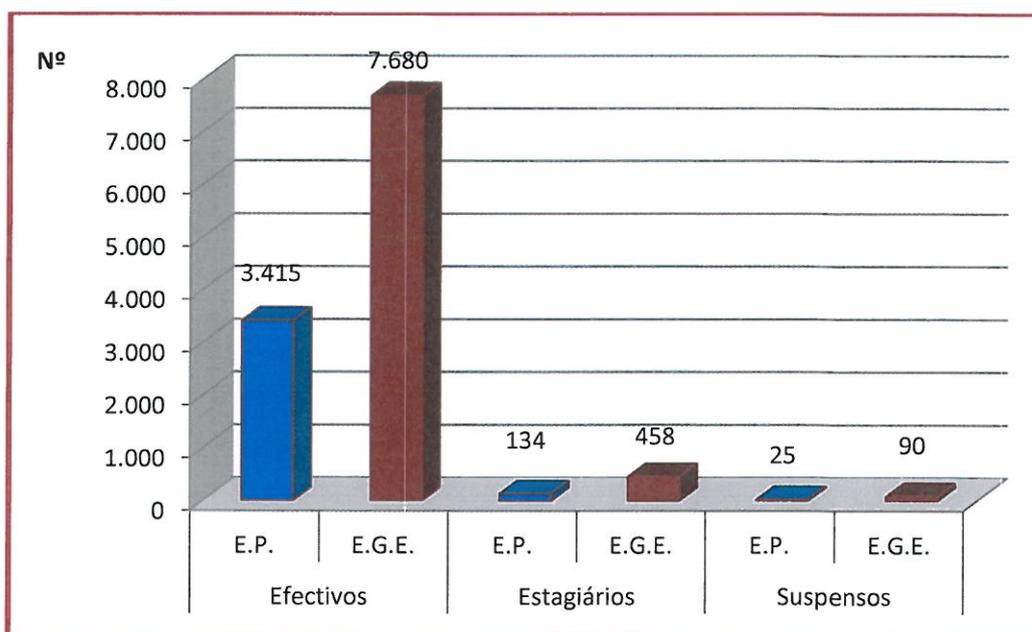
III – Caracterização da Ordem

1. Membros

O número de Economistas inscritos na Ordem em 31 de Dezembro de 2012 era de 11.802, dos quais 8.228 no Colégio da Especialidade de Economia e Gestão Empresariais e 3.574 no Colégio da Especialidade de Economia e Política.

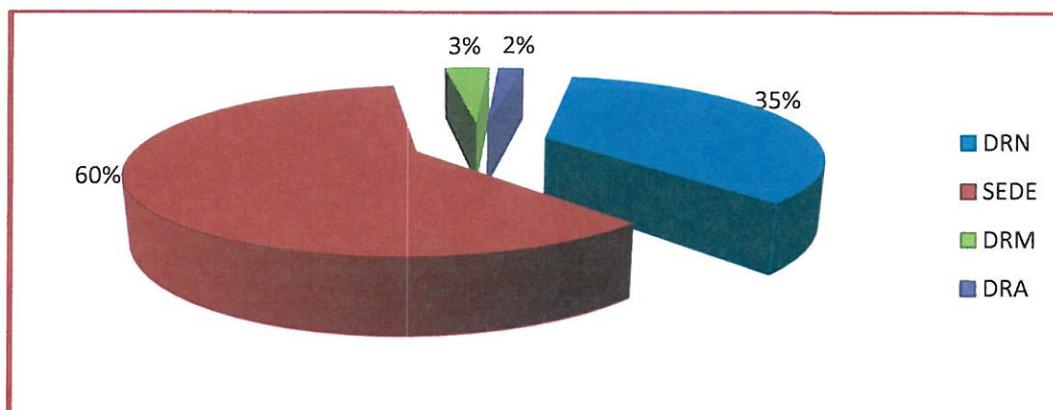
A distribuição dos Membros por “Colégio da Especialidade”, “Grandes Áreas Geográficas” e “Faixa Etária” pode ser observada nos gráficos a seguir.

Distribuição dos Membros por Situação e Colégio da Especialidade



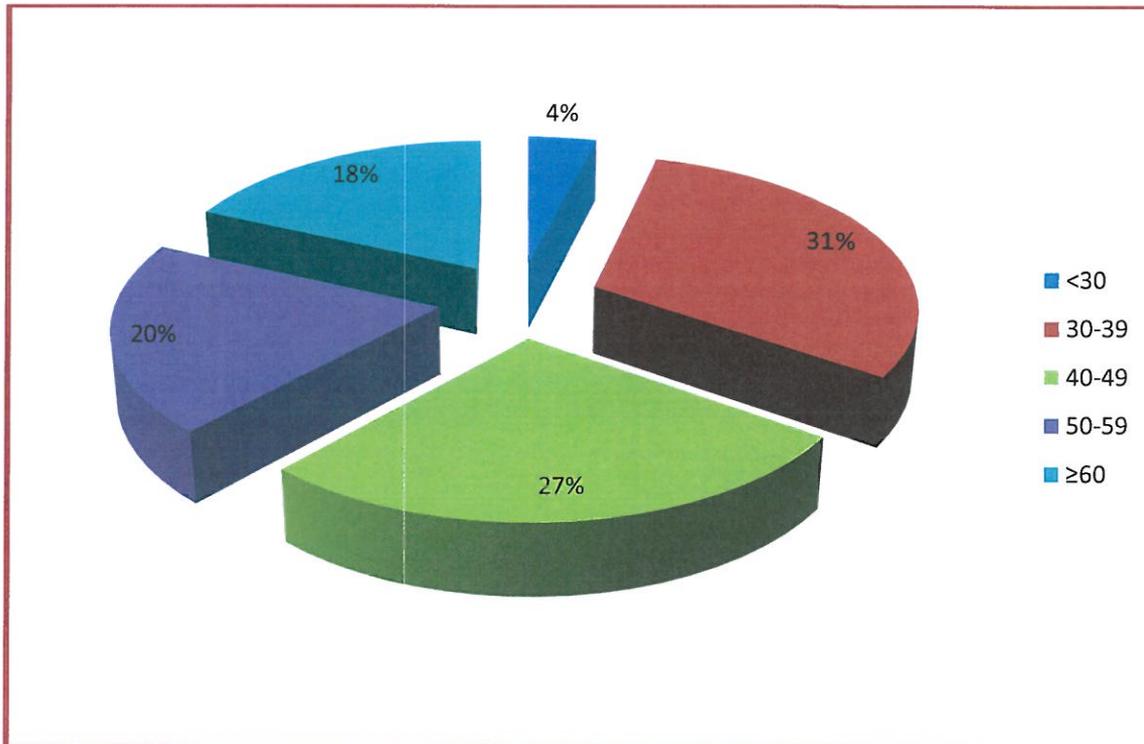
Da análise da distribuição dos Membros por grandes áreas geográficas, gráfico seguinte, salienta-se o peso da Sede com 60% e da Delegação Regional do Norte com 35% do total.

Distribuição dos Membros por Grandes Áreas Geográficas (Sede + Delegações)



Da análise do gráfico a seguir destaca-se que a maior percentagem dos membros da Ordem se inclui na faixa etária dos 30 aos 49 anos.

Distribuição dos Membros por Faixa Etária



[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

IV – Análise da Situação Económica e Financeira

1. Situação Económica

A evolução da situação económica da Ordem encontra-se reflectida no quadro seguinte:

(Em euros)

	2012 (a)	2011 (b)	Varição (a)-(b)	%
GASTOS				
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	425.276,18	505.545,73	-80.269,55	-15,88
GASTOS COM O PESSOAL	384.005,11	372.603,01	11.402,10	3,06
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	47.595,00	56.636,69	-9.041,69	-15,96
PERDAS POR IMPARIDADE	99.812,03	94.249,96	5.562,07	5,90
OUTROS GASTOS E PERDAS	16.476,32	67.749,35	-51.273,03	-75,68
TOTAL DE GASTOS	973.164,64	1.096.784,74	-123.620,10	-11,27
RENDIMENTOS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
Quotas	912.860,00	940.581,50	-27.721,50	-2,95
Jóias	3.500,00	5.237,50	-1.737,50	-33,17
Inscrições em Eventos	5.579,08	28.632,00	-23.052,92	-80,51
Outros Proveitos	127,35		127,35	
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	93.753,82	159.516,66	-65.762,84	-41,23
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	20.564,23	3.061,27	17.502,96	571,75
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	100.920,87	86.959,60	13.961,27	16,05
TOTAL DE RENDIMENTOS	1.137.305,35	1.223.988,53	-86.683,18	-7,08
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	164.140,71	127.203,79	36.936,92	29,04

2. Execução Orçamental

Na demonstração de resultados abaixo é apresentada a comparação entre o Orçamento e o Real em 2012:

(Em euros)

	2012		Variação (b)-(a)	%
	Orçamento (a)	Real (b)		
GASTOS				
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	434.810,00	425.276,18	-9.533,82	-2,24
GASTOS COM O PESSOAL	389.280,00	384.005,11	-5.274,89	-1,37
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	66.800,00	47.595,00	-19.205,00	-40,35
PERDAS POR IMPARIDADE	112.000,00	99.812,03	-12.187,97	-12,21
OUTROS GASTOS E PERDAS	60.100,00	16.476,32	-43.623,68	-264,77
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO				
TOTAL DE GASTOS	1.062.990,00	973.164,64	-89.825,36	-9,23
RENDIMENTOS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
Quotas	944.480,00	912.860,00	-31.620,00	-3,46
Jóias	4.250,00	3.500,00	-750,00	-21,43
Inscrições em Eventos	2.500,00	5.579,08	3.079,08	55,19
Outros Proveitos		127,35	127,35	100,00
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	119.500,00	93.753,82	-25.746,18	-27,46
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2.700,00	20.564,23	17.864,23	86,87
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	51.900,00	100.920,87	49.020,87	48,57
TOTAL DE RENDIMENTOS	1.125.330,00	1.137.305,35	11.975,35	1,05
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	62.340,00	164.140,71	101.800,71	62,02

3. Situação Financeira e de Tesouraria

A Ordem continua a apresentar uma boa situação financeira atingindo o Capital Próprio o montante de 2.834.357,30 euros, conforme Balanço em 31 Dezembro de 2012.

A Tesouraria registou uma evolução positiva.

As aplicações financeiras no montante de 375.000,00 euros mantêm-se como “Outros Activos Financeiros”, uma vez que o reembolso é de longo prazo.

4. Investimento

O valor dos investimentos em 2012 foi de 6.014,70 euros, o qual se refere à aquisição de equipamento básico.

V – Resultado do Exercício

Em 2012, foi apurado um resultado positivo de 164.140,71 euros (cento e sessenta e quatro mil cento e quarenta euros e setenta e um cêntimos).

Tal como em anos anteriores, propõe-se que o resultado do exercício seja transferido para o Fundo patrimonial.

Lisboa, 15 de Março de 2013

A Direcção

Luís Soares Branco

Adm. P. P. P.
Mónica

[Signature]

Helena Azeiteiro

Demonstrações Financeiras

Balanço
Em 31-12-2012

(em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2012	31-12-2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	107.167,63	123.747,34
Activos intangíveis	6	62.601,75	87.602,34
Outros ativos financeiros	7	375.000,00	375.000,00
		544.769,38	586.349,68
Activo corrente			
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	8	139.236,03	120.569,75
Outras contas a receber	9	60.140,64	34.944,27
Diferimentos	10	11.777,49	10.279,54
Outros ativos financeiros	7	57.943,29	214.382,15
Caixa e depósitos bancários	4	2.176.990,56	1.848.218,68
		2.446.088,01	2.228.394,39
Total do activo		2.990.857,39	2.814.744,07
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11	2.670.216,59	2.543.012,80
Resultado líquido do período		164.140,71	127.203,79
Total do fundo de capital		2.834.357,30	2.670.216,59
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		57.671,73	33.111,61
Estado e outros entes públicos	12	25.701,00	15.878,63
Diferimentos			2.000,00
Outras contas a pagar	13	73.127,36	93.537,24
		156.500,09	144.527,48
Total do passivo		156.500,09	144.527,48
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.990.857,39	2.814.744,07

Direcção

Maria Beas Anttil
João Augusto
Helena Adega

Técnico Oficial de Contas Nº 37322

José

Demonstração dos Resultados por Naturezas

(em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	14	923.244,83	974.861,82
Subsídios, doações e legados à exploração	15	92.575,42	159.105,84
Fornecimentos e serviços externos	16	(425.276,18)	(505.545,73)
Gastos com o pessoal	17	(384.005,11)	(372.603,01)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	(99.812,03)	(94.249,96)
Outros rendimentos e ganhos	19	121.485,10	90.020,87
Outros gastos e perdas	20	(16.476,32)	(67.749,35)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		211.735,71	183.840,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(47.595,00)	(56.636,69)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		164.140,71	127.203,79
Resultado antes de impostos		164.140,71	127.203,79
Resultado líquido do período		164.140,71	127.203,79

Direcção

Rui Azeite Antil

*Ad. P. ...
H. ...*

[Handwritten signature]

Helena Adega

Técnico Oficial de Contas Nº

37322

[Handwritten signature]

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de associados		914.943,66	1.141.291,15
Pagamentos a fornecedores		419.749,88	539.213,05
Pagamentos ao pessoal		385.484,01	372.045,53
Caixa gerada pelas operações		109.709,77	230.032,57
Outros recebimentos/pagamentos		(40.184,75)	(56.909,19)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		69.525,02	173.123,38
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		(6.014,70)	(8.715,25)
<i>Activos intangíveis</i>			(11.070,00)
Recebimentos provenientes de:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		1.723,70	
<i>Investimentos financeiros</i>			120.000,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		107.099,00	86.959,60
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		102.808,00	187.174,35
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		172.333,02	360.297,73
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.062.600,83	1.702.303,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.234.933,85	2.062.600,83

Direcção


Técnico Oficial de Contas Nº 37322




 Helena Azeiteiro

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período de 2011

(em euros)

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos	Resultado Líquido do Período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	1	11	2.523.199,37	19.813,43	2.543.012,80	2.543.012,80
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		11		(19.813,43)	(19.813,43)	(19.813,43)
	2			(19.813,43)	(19.813,43)	(19.813,43)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	11		127.203,79	127.203,79	127.203,79
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3			107.390,36	107.390,36	107.390,36
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Outras Operações		11	19.813,43		19.813,43	19.813,43
	5		19.813,43		19.813,43	19.813,43
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	6=1+2+3+5	11	2.543.012,80	127.203,79	2.670.216,59	2.670.216,59

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período de 2012

(em euros)

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos	Resultado Líquido do Período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	6	11	2.543.012,80	127.203,79	2.670.216,59	2.670.216,59
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		11		(127.203,79)	(127.203,79)	(127.203,79)
	7			(127.203,79)	(127.203,79)	(127.203,79)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	11		164.140,71	164.140,71	164.140,71
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8			36.936,92	36.936,92	36.936,92
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Outras Operações		11	127.203,79		127.203,79	127.203,79
	10		127.203,79		127.203,79	127.203,79
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	6+7+8+10	11	2.670.216,59	164.140,71	2.834.357,30	2.834.357,30

Direcção

Zui Soares Duarte
Mónica
Helena Adrega

Técnico Oficial de Contas Nº 37322

[Assinatura]

Anexo às Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

A Ordem dos Economistas, sediada na Rua da Estrela, n.º 8, 100-669 Lisboa, é uma associação profissional de direito público, constituída pelo Decreto-Lei n.º 174/98, de 27 de Junho, visando a valorização profissional dos Economistas, sendo assim a entidade que disciplina, salvaguarda os valores e cria as condições de enquadramento e valorização técnico-profissional destes profissionais.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente, foram utilizadas normas aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada: as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento CE N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as características qualitativas da:

- Comparabilidade:

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2012 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011.

- Fiabilidade:

A informação encontra-se isenta de erros materiais e de preconceitos, representando fidedignamente o resultado das operações da Entidade.

- Compreensibilidade e Relevância:

As demonstrações financeiras são compreensíveis, encontrando-se incluída toda a informação considerada relevante para a tomada de decisão dos seus utilizadores.

- Compensação:

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Materialidade e agregação:

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogados e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas disposições do SNC.

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os conteúdos das contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em

moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos similares suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Activos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Activos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Imposto sobre o rendimento

A Ordem dos Economistas, encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do CIRC, de acordo com despacho do Ministério das Finanças de 30 de Março de 1990.

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top, several smaller initials below it, and a signature at the bottom.

- Outros valores a receber

As contas de “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito proveniente das prestações de serviços (joias, quotas, inscrições em eventos e outros) apenas é reconhecido quando: i) são emitidas para cobrança (periodicidade anual ou semestral), ii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Entidade e (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As prestações de serviços são reconhecidas pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

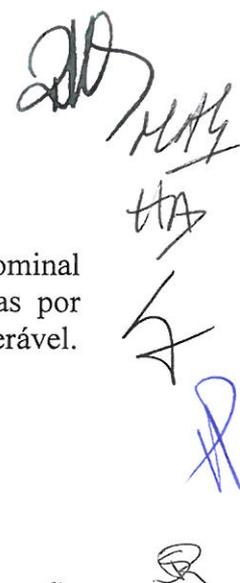
Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efetuadas pela Direcção foram efetuadas com base no seu



melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber.

De forma consistente com os exercícios anteriores, o valor das perdas por imparidade nas dívidas dos associados corresponde ao total dessas dívidas até ao final do exercício anterior.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

- Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

4. Caixa e depósitos bancários

Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos ocorridos na rubrica de caixa e depósitos bancários:

(em euros)

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	3.590,12	13.328,29	15.846,60	1.071,81
Depósitos à ordem	90.828,56	4.934.683,50	4.882.093,31	143.418,75
Outros depósitos bancários	1.753.800,00	2.917.500,00	2.638.800,00	2.032.500,00
Total	1.848.218,68	7.865.511,79	7.536.739,91	2.176.990,56

5. Activos fixos tangíveis

5.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

(em euros)

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Valor Bruto no Início	10.599,46	97.377,85	422.771,17	52.680,45	583.428,93
Depreciações acumuladas		733.168,41	366.685,18	19.828,00	459.681,59
Valor Líquido no início do período	10.599,46	24.209,44	56.085,99	32.852,45	123.747,34
Variações do período		(964,54)	(21.247,51)	5.632,34	(16.579,71)
Total de Aumentos				6.014,70	6.014,70
Aquisições em primeira mão				6.014,70	6.014,70
Total diminuições		964,54	21.247,51	382,36	22.594,41
Depreciações do período		964,54	21.247,51	382,56	22.594,41
Saldo no fim do período	10.599,46	23.244,90	34.838,48	38.484,79	107.167,63
Valor bruto no fim do período	10.599,46	97.377,85	417.078,17	58.695,15	583.750,63
Depreciações acumuladas no fim do período		74.132,95	382.239,69	20.210,36	476.583,00

Quadro comparativo:

5.2 Outras divulgações

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais	Custo de aquisição			
Edifícios e outras construções	Custo de aquisição	Linha recta	5 a 50 anos	2 a 20 %
Equipamento administrativo	Custo de aquisição	Linha recta	3 a 10 anos	10 a 33,33 %
Outros activos fixos tangíveis	Custo de aquisição	Linha recta	5 a 8 anos	2 a 12,50 %

6. Activos intangíveis

6.1 Divulgações para cada classe de activos intangíveis, conforme quadro seguinte: (em euros)

Descrição	Programas de computador	Propriedade industrial	Total
Totais activos intangíveis			
Valor bruto total no fim do período	241.695,46	1.444,33	243.139,79
Amortizações acumuladas totais no fim do período	180.538,04		180.538,04
Vida útil indefinida			
Valor bruto no início		1.444,33	1.444,33
Saldo no final do período		1.444,33	1.444,33
Vida útil definida			
Valor bruto no início	241.695,46		241.695,46
Amortizações acumuladas	155.537,45		155.537,45
Saldo no início do período	86.158,01		86.158,01
Variações do período	(25.000,59)		(25.000,59)
Amortizações do período	25.000,59		25.000,59
Total diminuições	25.000,59		25.000,59
Saldo no final do período	61.157,42		61.157,42

6.2 Outras divulgações

Descrição	Base mensuração	Método depreciação	Vida útil	Taxa depreciação
Programas de computadores	Custo de aquisição	Linha recta	3 a 6 anos	16,66 – 33,33 %
Propriedade industrial	Custo de aquisição	não definida		0 %

7. Outros Activos Financeiros

A Entidade tem uma aplicação financeira de curto prazo com mobilização imediata no valor de 57.943,29 euros e um produto financeiro, com vencimento em 28 de Setembro de 2015, no montante de 375.000,00 euros.

8. Associados

A rubrica Associados apresenta um valor de 139.236,03 euros, conforme quadro seguinte:

(em euros)

Rubrica	Valor
Quotas em dívida	487.954,61
Imparidades	(339.503,64)
Saldo a Favor dos Associados	(9.214,94)
Total	139.236,03

8.1 Quotas em dívida

O valor de quotas em dívida ascendia a 487.954,61 euros, com a seguinte decomposição anual:

(em euros)

Ano	Quotas emitidas	Quotas cobradas	Quotas em dívida
2012	912.860,00	764.409,03	148.450,97
2011	130.469,71	30.657,68	99.812,03
2010	94.329,95	17.804,77	76.525,18
2009	68.665,65	8.568,63	60.097,02
2008	51.294,54	6303,86	44.990,68
2007	26.928,63	3.279,62	23.649,01
2006	17.446,61	2.144,58	15.302,03
2005	11.213,67	1.511,45	9.702,22
2004	6.913,83	867,97	6.045,86
2003	3.252,00	329,23	2.922,77

Continuação (em euros)

Ano	Quotas emitidas	Quotas cobradas	Quotas em dívida
2002	556,66	114,79	441,87
2001	14,97		14,97
Total	1.323.946,22	835.991,61	487.954,61

8.2 Perdas por imparidade acumuladas

As perdas acumuladas atingem o valor de 339.503,64 euros, conforme quadro seguinte:

(em euros)				
Perdas por imparidade	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Dívidas de associados	279.636,61	99.812,03	(39.945,00)	339.503,64

8.3 Valor a favor dos sócios

O valor relativo a saldos a favor dos sócios ascendia a 9.214,94 euros.

9. Outras contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2012 a rubrica Outras contas a receber apresentava o valor de 60.140,64 euros, relativos a:

- Devedores por acréscimo de rendimentos – Juros a receber – 24.706,14 euros, decomposição por entidade bancária (ver nota 19.1)
- Devedores diversos – 35.434,50 euros, conforme quadro seguinte,

(em euros)	
Entidade	Valor
Caixa Geral de Depósitos	30.750,00
Brandimport, Lda	1.525,00
BANIF	1.160,00
Administração Sol – Mar, Lda	1.350,00
Bruno Gouveia	649,50
Total	35.434,50

10. Diferimentos

O valor de diferimentos ascendia a 11.777,49 euros, representativo de gastos do ano de 2013 pagos no ano de 2012, é decomposto no quadro seguinte:

(em euros)

Descrição	Valor
Licenças de Software	9.009,88
Rendas	1.506,58
Seguros	655,46
Outros gastos a reconhecer	605,57
Total	11.777,49

[Handwritten signatures and initials]

11. Divulgações exigidas por diplomas legais

11.1 Fundo Associativo

O Fundo associativo ascendia ao montante de 2.670.216,59 euros, conforme quadro seguinte:

(em euros)

Descrição	Valor
Fundo Associativo até 1997 Ex-APEC	368.288,02
Aplicação dos resultados de 1997	68.875,40
Aplicação dos resultados de 1998	18.862,70
Aplicação dos resultados de 1999	-25.686,21
Aplicação dos resultados de 2000	234.397,07
Aplicação dos resultados de 2001	363.449,40
Aplicação dos resultados de 2002	516.956,22
Aplicação dos resultados de 2003	271.443,82
Aplicação dos resultados de 2004	47.856,00
Aplicação dos resultados de 2005	75.191,12
Aplicação dos resultados de 2006	4.886,41
Aplicação dos resultados de 2007	107.243,82
Aplicação dos resultados de 2008	310.728,44
Aplicação dos resultados de 2009	160.707,16
Aplicação dos resultados de 2010	19.813,43
Aplicação dos resultados de 2011	127.203,79
Total	2.670.216,59

[Handwritten signature]

11.2 Decomposição e movimentos dos fundos patrimoniais

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	2.543.012,80		127.203,79	2.670.216,59

11.3 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Ordem apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

12. Impostos e contribuições

Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

(em euros)

Descrição	Saldo Credor do período	Saldo Credor Período Anterior
Retenção de impostos sobre rendimentos	4.928,74	5.504,92
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	15.710,84	3.770,00
Contribuições para a Segurança Social	5.061,42	6.603,71
Total	25.701,00	15.878,63

13. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2012 a rubrica outras contas a pagar apresentava o valor de 73.127,36 euros, relativos a:

(em euros)

Descrição	Valor
Acréscimo de gastos com remunerações a liquidar em 2013	50.314,85
Credores diversos	18.225,37
Outros Acréscimos de gastos	3.449,57
Outras operações com o pessoal	639,57
Consumos a liquidar	498,00
Total	73.127,36

14. Réditos

14.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

(em euros)

Descrição	Valor período
Prestação de Serviços	923.244,83
Subsídios à exploração	92.575,42
Juros	100.920,87
Outros réditos	20.564,23
Total	1.137.305,35

14.1.1 O rédito da categoria Prestação de Serviços é decomposto por:

(em euros)

Descrição	Valor período
Quotas	912.860,00
Jóias	3.500,00
Inscrições em eventos	5.579,08
Assinatura Cadernos Economia	127,35
Outros	1.178,40
Total	923.244,83

15. Subsídios à exploração

O valor de 92.575,42 euros é decomposto por vários valores, atribuídos por diversas entidades à Ordem dos Economistas no âmbito de patrocínio a eventos e protocolos estabelecidos.

16. Fornecimentos e Serviços Externos Outras informações

Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

(em euros)

Descrição	Valor do período	Valor do período anterior
Serviços especializados	265.105,72	301.411,32
Trabalhos especializados	103.915,41	103.878,23
Publicidade e propaganda	14.034,45	31.374,05
Vigilância e segurança	353,66	363,52
Honorários	121.155,80	151.641,98
Conservação e reparação	12.866,19	5.972,18
Outros	12.780,21	8.181,36
Materiais	25.582,10	30.330,72
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	669,56	1.943,51
Livros e documentação técnica	5.359,00	8.587,52
Material de escritório	17.620,84	16.837,52
Artigos para oferta	1.932,70	2.962,17
Energia e fluidos	12.106,57	9.702,15
Electricidade	10.415,78	8.554,80
Água	1.690,79	1.147,35
Deslocação, estadas e transportes	11.504,09	14.989,35
Deslocações e estadas	10.650,34	14.517,05
Transporte de mercadorias	86,10	
Outros	767,65	472,30
Serviços Diversos	110.977,70	149.112,19
Rendas e Alugueres	31.755,67	39.126,61
Comunicação	31.866,00	35.747,31
Seguros	492,29	226,96
Contencioso e notariado		11,96
Despesas de representação	20,00	218,49
Limpesa, higiene e conforto	12.685,81	13.531,28
Outros serviços	34.157,93	60.249,58
Total	425.276,18	505.545,73

17. Benefícios dos empregados

17.1 Pessoal ao serviço da Ordem

O quadro de pessoal da Ordem é composto por 16 colaboradores, em que um deles trabalha a tempo parcial.

Descrição	Nº Médio de Pessoas do período	Nº Médio de pessoas do período anterior
Pessoas remuneradas	16	16
Pessoas a tempo completo	15	15
Pessoas a tempo parcial	1	1
Pessoas ao serviço da Ordem por sexo	16	16
Masculino	6	6
Feminino	10	10

17.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

(em euros)

Descrição	Valor do período	Valor do período anterior
Gastos com o pessoal	384.005,11	372.603,01
Remunerações do pessoal	309.307,74	303.190,13
Encargos sobre remunerações	61.557,28	58.850,93
Seguros de Acidentes no trabalho e doenças profissionais	11.491,08	9.578,56
Outros gastos com o pessoal	1.649,01	983,39

18. Instrumentos financeiros

As perdas por imparidade em dívidas a receber relativas a associados ascenderam no exercício de 2012 a 99.813,03 euros.

De forma consistente com os exercícios anteriores, o valor dos ajustamentos de dívida a receber de associados reflecte o valor das dívidas de associados até ao final do ano de 2011.

(em euros)

Descrição	Perdas por imparidade do período	Perdas por imparidade do período anterior
Outras dívidas a receber	99.813,03	94.249,96

19. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos incluem:

(em euros)

Descrição	Valor
Juros obtidos	100.920,87
Correcções relativas a períodos anteriores	15.000,08
Rendimentos suplementares sub-locação à C.C. Luso Britânica	2.690,52
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1.723,70
Restituição de impostos	1.149,93
Total	121.485,10

19.1 Juros obtidos

Valor dos juros referentes ao período, com a seguinte decomposição por banco:

(em euros)

Banco	Juros de 2011 recebidos em 2012	Juros Recebidos	Juros de 2012 a receber em 2013	Total
Montepio Geral	(10.388,32)	38.485,18	11.633,83	31.169,55
BANIF	(9.051,75)	27.110,32	6.942,58	24.298,89
Millennium BCP	(4.492,81)	29.498,50	6.129,73	22.935,42
BES	(6.951,39)	12.005,00		5.053,61
Total	(30.884,27)	107.099,00	24.706,14	100.920,87

20. Outros gastos e perdas

Os valores registados em outros gastos e perdas, correspondem a:

(em euros)

Descrição	Valor
Dívidas incobráveis	8.503,03
Correcções relativas a períodos anteriores	2.956,80
Quotizações	2.620,00
Impostos	1.313,01
Donativos	616,00
Outros gastos e perdas	467,48
Total	16.476,32

21. Gastos de Depreciação e Amortização

Foram reconhecidos 22.594,41 euros de depreciações e 25.000,59 euros relativos a amortizações, totalizando 47.595,00 euros, de acordo com os quadros seguintes:

(em euros)

Depreciações Activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Ferramentas e utensílios	Administrativo	Outros	Total
Depreciações acumuladas iniciais	73.168,41	78,56	366.685,18	19.749,44	459.681,59
Alienações / Abates			(5.693,00)		(5.693,00)
Depreciações do exercício	964,54	4,25	21.247,51	378,11	22.594,41
Depreciações acumuladas finais	74.132,95	82,81	382.239,69	20.127,55	476.583,00

(em euros)

Amortizações Activos intangíveis	Programas de computador	Total
Amortizações acumuladas iniciais	155.537,45	155.537,45
Amortizações	25.000,59	25.000,59
Amortizações acumuladas finais	180.538,04	180.538,04

22. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, foram autorizadas para emissão, pela Direcção, em 15 de Março de 2013.

Direcção

Qui Dias Outeiro

Hámi Al

[Signature]

Adm P. [Signature]

Helena Adega

TOC

[Signature]

Conselho Fiscalizador de Contas

Parecer sobre o Relatório e as Contas de 2012

Em cumprimento do Estatuto da Ordem dos Economistas apresentamos o Relatório da nossa actividade e o Parecer sobre o Relatório e Contas apresentado pela Direcção da Ordem dos Economistas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Analisámos os documentos apresentados pela Direcção, designadamente o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos, nomeadamente o Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.

Foram-nos prestados, quer pela Direcção quer pelos Serviços, todos os esclarecimentos solicitados.

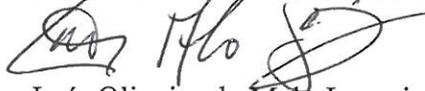
Em resultado dos exames efectuados é nossa convicção que o relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Direcção satisfazem as disposições estatutárias.

Tendo por base as verificações efectuadas, somos de parecer:

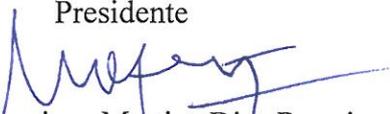
- 1 - Que sejam aprovados o Relatório e as Contas apresentados pela Direcção, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.
- 2 - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direcção.

Lisboa, 25 de Março de 2013

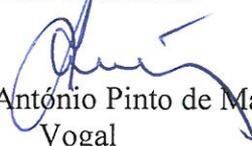
O Conselho Fiscalizador de Contas



Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro
Presidente



Rogério Francisco Martins Dias Beatriz
Vice-Presidente



Joaquim António Pinto de Matos
Vogal